



ANEXO VII

DA PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

A CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar tempo ou espaço físico nas áreas internas dos ônibus e abrigos, terminais ou estações de transbordo para que o CONCEDENTE efetue publicidade institucional, nos termos a seguir:

1. O CONCEDENTE expressamente autoriza a CONCESSIONÁRIA a explorar a publicidade de veículos, abrigos, terminais e estações de integração, bem como também em instrumentos de cobrança tarifária, através de afiação de propagandas ou mensagens publicitárias de áudio ou vídeo, como fonte de receita alternativa de transporte coletivo de passageiros do Município, nos termos do art. 11 da Lei Complementar Municipal n.º 60/2014, e Art.10, inciso V, da Lei n.º 12.587/12.
2. Deverá ser disponibilizado pela CONCESSIONÁRIA, sem custo para o CONCEDENTE, para uso de propaganda institucional, 20% do tempo destinado a publicidade comercial, através de áudio ou vídeo, abrigos, terminais, estações de integração e veículos.
3. Mediante solicitação do CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar o espaço interno localizado no painel atrás do banco do motorista, de todos os veículos da frota, para a veiculação de propaganda institucional do poder público municipal, respeitando-se os espaços internos utilizados pela CONCESSIONÁRIA para divulgação de assuntos de interesse dos usuários.
4. A CONCESSIONÁRIA expressamente se compromete a não dar publicidade ou acolher os serviços de propaganda ou quaisquer campanhas que agredam a moral e os bons costumes, dentro de senso comum, bem como cumprir os ditames que tratam da proibição de propaganda e publicidade de cigarros e bebidas alcoólicas e de conteúdo político partidário, e meios de publicidade autorizados.